

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.133 - RS (2019/0185650-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694
LEANDRO PITREZ CASADO - RS053911
FRANCIELE DA SILVA SAGAS - RS105427
EMBARGADO : CLEUSA TEREZINHA FURIAN
ADVOGADOS : DAISSON FLACH - RS036768
RICARDO ZENERE FERREIRA - RS087039
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : DANIEL BARBOSA LIMA FARIA CORREA DE SOUZA -
RS065085
JULIANA VEIGA BIEDRZYCKI - RS065284

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF em face da decisão acostada às fls. 1184/1186, e-STJ, da lavra deste signatário, em que se deu parcial provimento ao recurso especial, a fim de reconhecendo a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente ação, tornou sem efeito as decisões proferidas pelas instâncias *a quo* e determinou a remessa dos autos à Justiça Trabalhista.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 1199/1216, e-STJ) a embargante alegou omissão no *decisum* impugnado quanto a competência ser da justiça comum, bem como não ter havido pedido para que a declinação da competência para a justiça trabalhista.

Impugnação apresentada

É o relatório. Decide-se.

1. Inicialmente, ressalte-se que os embargos de declaração, conforme o disposto no artigo 1.022 do CPC/15, têm fundamentação vinculada às hipóteses legalmente previstas. Destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou, ainda, corrigir erro material. Não servem, no entanto, como meio de manifestação do inconformismo da parte com a decisão prolatada.

Citam-se, a título exemplificativo, os seguintes julgados: **EDcl no AgRg no Ag 1329960/SP**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016; **EDcl no REsp 1597129/PR**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 17/10/2016; **EDcl no AgRg na PET na Rel 22.564/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 18/08/2016.

No caso em tela, a embargante sustenta omissão acerca da competência da justiça comum e inexistência de pedido para declinação de competência.

Razão não lhe assiste.

Conforme afirma a decisão embargada, nos termos do entendimento firmado quando do Conflito de Competência n. 69.281/MG, DJe 02/03/2015, o julgamento de ação proposta com o intuito de discutir previdência complementar é de competência da Justiça Comum.

Superior Tribunal de Justiça

No entanto, em se tratando de hipóteses, como a vertida nos autos, em que se pretende o reconhecimento da natureza salarial da parcela CTVA e consequente reflexos em seu plano de previdência complementar, há a cumulação de pretensões de naturezas distintas: previdenciária e trabalhista.

Em casos tais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que as ações que visam a inclusão da CTVA na base de cálculo das contribuições efetuadas à Funcef são da Justiça do Trabalho.

Portanto, tendo a decisão embargada decidido de modo claro e fundamentado, apenas contrário aos interesses da parte embargante, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente, razão pela qual se impõe a sua rejeição.

Por fim, quanto a alegação de ausência de pedido, em se tratando de competência absoluta, a mesma pode se dar de ofício.

2. Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator